

As eleições no Reino Unido e seus impactos nas relações econômicas internacionais

The elections in the United Kingdom and their impact on the international economic relations

Carlos Gama¹

Sumário

Contrariando os institutos de pesquisa, o Partido Conservador obteve maioria simples das cadeiras no Parlamento britânico e venceu as eleições gerais de Maio de 2015. Pela primeira vez em mais de 30 anos um partido constituirá o governo sem necessidade de montar uma coalizão.

A vitória do partido do primeiro-ministro David Cameron foi obtida sobre os louros do plebiscito sobre a independência da Escócia. Realizado em setembro de 2014, 5 em cada 9 eleitores escoceses votaram pela permanência no Reino Unido com autonomia ampliada.

Palavras-chave: Reino Unido; Partido Conservador; David Cameron; Escócia; Economia

Abstract

Contrary to the research institutes, the Conservative Party got a simple majority of the seats in the British Parliament and won the general elections in May 2015. For the first time in over 30 years a party will constitute the government without assembling a coalition. The victory of Prime Minister David Cameron's party has been obtained on the referendum's laurels on the independence of Scotland. Held in September 2014, 5 out of 9 Scottish voters voted to remain in the United Kingdom with expanded autonomy.

Key words: United Kingdom; Conservative Party; David Cameron; Scotland; Economy

1. Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador voluntário associado ao BRICS Policy Center

O referendo escocês já prenunciara a trajetória de baixa do Partido Trabalhista, então liderado por Ed Milliband. O Partido Trabalhista ficou imprensado entre a campanha Better Together do Partido Conservador e a ascensão contudente de Alex Salmond do Partido Nacional Escocês. Esforços de última hora do ex-primeiro ministro Gordon Brown (escocês) foram insuficientes para reverter a derrota nas urnas de 2014. Em 2015 os trabalhistas obtiveram apenas 1 representante eleito na Escócia, tradicional reduto eleitoral, contra 56 representantes nacionalistas. No geral, os trabalhistas perderam 10% de suas cadeiras no Parlamento. O veredito das urnas levou Milliband à renúncia logo após o anúncio dos resultados.

O longo mandato trabalhista sob Tony Blair e Brown se iniciou com uma crise econômica internacional (com a quebra do Banco Barings em 1997) e chegou a seu termo no rescaldo de outra crise econômica internacional, ainda mais grave, iniciada em 2008. A economia britânica encolheu 4,3% em 2009, ano da eleição de Cameron. A desastrosa política externa de Blair também contribuiu para o declínio de seu partido – ao conduzir o Reino Unido a uma invasão ilegal do Iraque baseada em mentiras, que redundaria em fracasso (e criaria as condições para a emergência do ISIS), Blair diminuiu significativamente o capital político da tradicional potência ocidental.

Contrariando expectativas de uma longa recessão, o governo Cameron obteve êxitos econômicos. Num mercado de 30 milhões de trabalhadores, criou aproximadamente 1.8 milhões de empregos em 5 anos – quase cumprindo a meta de 1000 novos empregos diários. O Reino Unido é a economia que mais cresce no G-7 (3.2%), acima da média mundial. Pós-crise, o endividamento público foi reduzido à metade (do mais alto índice na União Europeia para um dos mais baixos, num bloco em crise). A inflação permanece em baixa.

As urnas não apenas legitimaram a gestão conservadora de Cameron dado o contraste com os últimos anos sob o trabalhismo. A vitória por maioria simples das cadeiras traz legitimidade adicional, capaz de dispensar alianças inconvenientes com diminuídos liberais democratas e ultranacionalistas de extrema direita do UKIP.

Além de recuperar o conteúdo unionista do partido, Cameron transformou seu discurso político. Ao invés de cortejar audiências tradicionais dos conservadores – a gentry e a aristocracia – a campanha de 2015 se focou no crescimento de uma classe média associada com os startups. Ao legar ao estado os papéis de indutor da produtividade e inovação e garantidor de regras competitivas em diversos espaços sociais, os conservadores responderam, com dilatado atraso, à transformação da plataforma política do Partido Trabalhista sob Blair – o novo trabalhismo da terceira via, que se propôs como novo centro político, ao redefinir a relação estado-sociedade a partir de fluxos de capital transnacionais (que não são propriamente novidade na City londrina).

Cameron logrou atualizar um discurso que remontava à época de Margareth Thatcher – o capitalismo popular – para a era digital via políticas públicas de austeridade vendidas como plataformas de produtividade e inovação, mecanismos de modernização intensa. Alavancados pelo crescimento econômico (via parcerias com o capital globalizado), Cameron e seu partido dispõem de uma plataforma política diante da qual os trabalhistas (e os demais) não lograram representar alternativas. Ao mesmo tempo, boa parte da criação de empregos no Reino Unido se deveu à flexibilização das relações trabalhistas – os chamados “zero-hour contracts”. O discurso de modernização da economia foi logrado contra o pano de fundo da precarização da força de trabalho (notadamente, de imigrantes oriundos de ex-colônias e outros países da União Europeia).

Além das estatísticas e da permanência da Escócia na união, Cameron foi poupado de reveses na política externa que poderiam abreviar seu mandato. Por um lado, gastos militares foram modestos em meio ao ajuste econômico. Os investimentos do outrora Império são hoje menores do que os do Japão – país sem cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU e constitucionalmente limitado no seu engajamento militar. Por outro lado a sombra dos malogros de Tony Blair permanece forte, recomenda prudência no plano externo.

Após modesta participação na desastrosa intervenção da OTAN na Líbia, o Parlamento negou autorização para Cameron empregar a força na crise na Síria – o que incentivou os Estados Unidos a aceitar a proposta negocial da Rússia. O Reino Unido manteve perfil baixo na invasão russa da Criméia, acatando com relutância as sanções impostas àquele país (em vista dos crescentes investimentos russos em terras britânicas). Face à ameaça crescente do ISIS, o Reino Unido participa de ações militares no Iraque e Síria de forma bastante mais modesta em comparação com as ambições globais de Blair uma década atrás. Recentemente, o Reino Unido endossou a proposta da União Europeia de criar uma força-tarefa para combater traficantes de seres humanos no norte da África. Até o momento, o prometido apoio britânico se limita à cooperação logística.

O governo conservador britânico representa um dos pontos de inflexão de uma Europa em crise, em contraste com o governo de esquerda grego. O Syriza encontra dificuldades em uma conjuntura dramática – reverter a pauperização da população grega sob pressões de uma dívida externa leonina gerida por colegas de União, como Alemanha e França, em desaceleração econômica. Na busca por alongar a dívida de uma super-endividada Grécia com credores europeus, o Syriza joga com os impactos da saída grega da Zona do Euro.

Em contraste com essa estratégia, uma das primeiras medidas do novo governo Cameron foi estipular um plebiscito em 2017 referente à permanência ou não do Reino Unido na União Europeia. Como no plebiscito escocês, Cameron jogou duas cartas na mesa: por um lado nacionalismo, por outro liberalismo econômico. A conjunção desses fatores constitui uma das mais interessantes mutações do capitalismo pós-crise de 2008. No repertório da redefinição da imagem do Reino Unido pós-crise figura como destaque a renovada popularidade da monarquia Windsor (impulsionada por casamentos e bebês reais), um trunfo de poder suave: a reprodução simbólica da ordem tradicional ganha um update midiático para uma aldeia global espetacularizada.

Nesse momento turbulento o Presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker afirmou que uma aliança anglo-saxã teria condições de destruir a Zona do Euro em caso de uma saída grega. A ansiedade da Europa continental a respeito de um longo governo conservador no Reino Unido é compreensível.

Além do crescimento econômico superior a toda a Zona do Euro, a ilha parece ter mais opções do que França e Alemanha (às voltas com uma crise de espionagem). Sob Cameron, o Reino Unido acena com a possibilidade de se tornar ponte na integração global entre as economias da Bacia do Pacífico (impulsionadas pela China) e do Atlântico (revitalizado pela recuperação econômica dos EUA). Nesse cenário minilateral, o Reino Unido contaria com vantagens competitivas: a Commonwealth (cujos membros incluem economias-chave do G-7 e G-20 como Canadá e Austrália), e laços com ex-colônias (como a Índia, membro dos BRICS, e economias emergentes na África). Em face das duras consequências do caso grego, a eventual defecção britânica da UE pode ser suavizada em termos globais.

Sem a ilha, o relógio da UE volta a 1972 – com o agravante de nova crise de baixo crescimento, inflação e controvérsias relacionadas com o status dos imigrantes (europeus e extracomunitários) vítimas de manifestações xenófobas, racistas e islamóforas (alimentadas pelo ISIS, atentados em Copenhague e Paris e pelos navios de imigrantes à deriva nas costas europeias). A xenofobia crescente adentra o debate político britânico: Cameron afaga o eleitorado de direita ao excluir imigrantes do futuro plebiscito sobre a permanência da ilha na União e ao apoiar a operação militar punitiva da UE no Mediterrâneo.

Para economias emergentes em processo de ajuste pós-crise – caso do Brasil – a experiência britânica traz interessantes insights. O Brasil foi uma das economias que mais rapidamente respondeu à crise de 2008 – via reforço do consumo doméstico, crédito farto e demanda crescente por commodities em outros emergentes como a China (especialmente petróleo e minérios). Após rápida recuperação (7.5% de crescimento do PIB em 2010), a economia brasileira rapidamente desacelerou. Após dois anos de crescimento quase zero e previsão de PIB negativo para 2015, o país vive o ciclo desgastante da recessão: desemprego em alta (7.9%), desindustrialização (queda de 5.9% no 1º trimestre de 2015), além de espasmos de inflação.

A centralidade do capital transnacional no seio da modernização da economia britânica pós-crise fez com que, dentre as economias do G-7, o Reino Unido fosse um dos primeiros a aderir ao novo Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (BAII), capineado pela China. O Reino Unido se adiantou a seus companheiros de G-7 e União Europeia e fez seu medido de membrecia, inclusive antes de membros dos BRICS como o Brasil.

O interesse intenso pelo BAII e pelo capital emergente de países como a Índia, Rússia e o próprio Brasil também se deve a um paradoxo do Partido Conservador na atual conjuntura: conciliar

o crescimento econômico (associado com a precarização das relações de trabalho com intensa presença de mão-de-obra imigrante) com um discurso político nacionalista (alimentado pela espiral de xenofobia já tornada parte do mainstream eleitoral em diversos países europeus pós-2008). A receita liberal nacionalista tem sustentabilidade duvidosa nas águas revoltas de 2015. Perde fôlego frente ao capital transnacionalizado.

Pode o ajuste econômico que a reeleita Dilma Rousseff tenta aprovar junto a um Congresso hostil (controlado por sua própria base de governo) ser feito de forma condizente com objetivos de manutenção do emprego e retomada da produtividade em meio à crise econômica internacional? O exemplo britânico coloca em primeiro plano as contradições dessa reconfiguração do capitalismo contemporâneo.

Para o Brasil, a aliança com emergentes com a China ocorre uma conjuntura doméstica dramática². Efeitos colaterais da expansão do crédito e da redistribuição de renda dos últimos 12 anos coincidem com perda de espaço em tradicionais mercados para as exportações brasileiras. A crise política e de credibilidade que afeta o governo e empresas como a Petrobrás potencializa efeitos danosos e dificulta a reflexão sobre as contradições.

As turbulências na interface doméstica-internacional reverberam sobre uma política externa pragmática que mobiliza uma variedade de opções – a tônica do primeiro governo Rousseff. Torna-se urgente levar em conta não apenas os custos e possíveis ganhos, mas igualmente os efeitos não-pretendidos da aproximação com o capital transnacional de emergentes como a China – que superará 50 bilhões de dólares somente em 2015.

*Recebimento: 02/06/2015
Aprovação: 10/06/2015*

2. GAMA, C.F.P.S. (2015). **A Aliança Brasil-China num Sistema Internacional em Transformação**. Disponível em: <http://www.sidneyrezende.com/noticia/249738> Acesso em: 30 de Maio de 2015.